Construtora Adolpho Lindenberg S.A. e Controladas

Informações Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas Referentes ao Trimestre Findo em 31 de Março de 2015 e Relatório sobre a Revisão de Informações Trimestrais.

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE MARÇO DE 2015 E DE 31 DE DEZEMBRO DE 2014 (Em milhares de reais - R\$)

	Nota	Control	adora	Conso	olidado		Nota	Contro	ladora	Consol	dado
<u>ATIVOS</u>	<u>explicativa</u>	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014	PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	<u>explicativa</u>	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014
CIRCULANTES						CIRCULANTES					
Caixa e equivalentes de caixa	4	121	3.826	11.181	13.239	Fornecedores		1.431	61	1.641	165
Contas a receber de clientes	5	-	-	5.370	5.653	Obrigações trabalhistas e tributárias		203	365	5.523	8.573
Impostos a recuperar	6	237	338	1.521	1.801	Obrigações tributárias parceladas	10	550	539	655	642
Demais ativos		-	-	30	17	Dividendos a pagar		1.989	1.989	1.989	1.989
Total dos ativos circulantes		358	4.164	18.102	20.710	Provisão para garantia de obras	11	-	-	1.678	1.523
						Demais contas a pagar		2	2		<u> </u>
						Total dos passivos circulantes		4.175	2.956	11.486	12.892
NÃO CIRCULANTES											
Credito com partes relacionadas	8.a)	2.375	-	349	-	NÃO CIRCULANTES					
Contas a receber de clientes	5	-	-	2.885	2.615	Obrigações tributárias parceladas	10	2.673	2.754	3.572	3.663
Impostos diferidos	12.b)	5.028	5.028	7.437	7.437	Provisão para garantia de obras	11	-	-	7.557	7.134
Depósitos judiciais		233	234	248	234	Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	11	1.522	4.288	1.522	4.288
Imóveis a comercializar	7	291	291	841	841	Provisão para perda com investimentos	9	7.306	6.337	-	-
Demais ativos		53	55	52	141	Demais contas a pagar				339	326
Investimentos	9	25.360	22.224	12.584	11.986	Total dos passivos não circulantes		11.501	13.379	12.990	15.411
Imobilizado		24	25	24	25						
Intangível		82	61	82	61	PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Total dos ativos não circulantes		33.446	27.918	24.502	23.340	Capital social	13.1	12.000	8.000	12.000	8.000
						Reserva de lucros		3.747	8.398	3.747	8.398
						Reserva especial		-	(651)	-	(651)
						Lucros acumulados		2.381		2.381	
								18.128	15.747	18.128	15.747
TOTAL DOS ATIVOS		33.804	32.082	42.604	44.050	TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		33.804	32.082	42.604	44.050

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS PERIODOS DE TRÊS MESES EM 31 DE MARÇO DE 2015 E DE 2014 (Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro basico e diluido por ação)

	Nota	Contro	ladora	Consolidado	
	<u>explicativa</u>	31/03/2015	31/03/2014	31/03/2015	31/03/2014
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	14	1.215	1.150	10.921	9.200
CUSTO DOS IMÓVEIS VENDIDOS E DOS SERVIÇOS PRESTADOS	16	(367)	(552)	(6.310)	(5.932)
LUCRO BRUTO		848	598	4.611	3.268
(DESPESAS) RECEITAS Administrativas, comerciais e gerais	16	(1.023)	(2.117)	(2.809)	(3.024)
Equivalência patrimonial	9	2.506	1.207	598	138
Outras receitas operacionais, liquidas		1 101	59	(2.211)	62
RESULTADO FINANCEIRO		1.484	(851)	(2.211)	(2.824)
Despesas financeiras	15	(87)	(95)	(111)	(128)
Receitas financeiras	15	136	8	553	237
		49	(87)	442	109
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA					
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		2.381	(340)	2.842	553
Imposto de renda e contribuição social - correntes	12	-	-	(461)	(708)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	12	-	526	-	341
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		2.381	186	2.381	186
LUCRO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO (EM REAIS)	13.3	6,40	0,50	6,40	0,50
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras					

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS PERIODOS DE TRÊS MESES EM 31 DE MARÇO DE 2015 E DE 2014 (Em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consc	olidado
	31/03/2015	31/03/2014	31/03/2015	31/03/2014
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	2.381	186	2.381	186
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO PERÍODO	2.381	186	2.381	186
As notes explicatives são porte integrante des demonstreções financeiros				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS PERIODOS DE TRÊS MESES EM 31 DE MARÇO DE 2015 E PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 (Em milhares de reais - R\$)

			<u> </u>	Reserva	s de lucros		Total do	
	Nota explicativa	Capital social	Reserva especial	Legal	Retenção de lucros	Lucros acumulados	patrimônio líquido	
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013		1.117	-	223	8.698	-	10.038	
Aumento de capital (AGO/E realizadas em de 30 de abril de 2014)	13.1	6.883	-	-	(6.883)	-	-	
Resultado de transações com sócios	9	-	(651)	-	-		(651)	
Lucro liquído do exercício		-	-	-	-	8.341	8.341	
Destinação do lucro liquido:								
Reserva legal	13.2	-	-	417	-	(417)	-	
Distribuição de dividendos propostos	13.2	-	-	-	-	(1.981)	(1.981)	
Retenção de lucros	13.2	-	-	-	5.943	(5.943)	-	
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014		8.000	(651)	640	7.758		15.747	
Aumento de capital (AGO/E realizadas em 31 de março de 2015)	13.1	4.000	-	-	(4.000)	-	-	
Resultado de transações com sócios	9	-	651	-	(651)	-	-	
Lucro liquído do período		-	-	-	-	2.381	2.381	
SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2015		12.000		640	3.107	2.381	18.128	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS PERIODOS DE TRÊS MESES EM 31 DE MARÇO DE 2015 E DE 2014 (Em milhares de reais - R\$)

	Contro	Controladora		Consolidado	
	31/03/2015	31/03/2014	31/03/2015	31/03/2014	
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
	2.381	186	2.381	186	
Lucro líquido do período	2.381	180	2.381	180	
Ajustes para conciliar o resultado com as disponibilidades geradas					
pelas atividades operacionais:		4		4	
Depreciações e amortizações	6	4	6	4	
Resultado de equivalência patrimonial	(2.506)	(1.207)	(598)	(138)	
Encargos financeiros sobre financiamentos	-	-	-	26	
Encargos financeiros sobre tributos parcelados	67	67	85	99	
Constituição (reversão) de provisão para riscos	(163)	-	(163)	-	
Provisão para garantias	-	-	578	302	
Imposto de renda e contribuição socila diferidos	-	(526)	(3)	(341)	
Decréscimo (acréscimo) em ativos:					
Contas a receber de clientes	_	_	13	2.558	
Impostos a recuperar	102	(2)	281	217	
Demais ativos	2	1	76	_	
Depósitos judiciais	1	-	(14)	-	
(Decréscimo) acréscimo em passivos:					
Fornecedores	68	55	174	119	
Obrigações trabalhistas e tributárias	(162)	289	(3.050)	(1.946	
Obrigações fiscais parceladas	(137)	(162)	(163)	(380	
Demais passivos	-	-	16	94	
Pagamento de contigência	(1.302)		(1.302)		
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	(1.643)	(1.295)	(1.683)	800	
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Acréscimo do imobilizado e intangível	(26)	-	(26)	-	
Dividendos recebidos de controladas	339	1.207	-	-	
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	313	1.207	(26)		
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Pagamentos de empréstimos	-	-	-	(83)	
Contas a receber com partes relacionadas	(2.375)	-	(349)	-	
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(2.375)	-	(349)	(83)	
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(3.705)	(88)	(2.058)	717	
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA					
No início do exercício	3.826	218	13.239	4.686	
No fim do exercício	121	130	11.181	5.403	
		(88)	(2.058)	717	

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO PARA OS PERIODOS DE TRÊS MESES EM 31 DE MARÇO DE 2015 E DE 2014 (Em milhares de reais - R\$)

	Contro	ladora	Consolidado	
	31/03/2015	31/03/2014	31/03/2015	31/03/2014
RECEITAS				
Vendas de imóveis e serviços	1.360	1.287	12.130	10.315
•	1.360	1.287	12.130	10.315
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS				
Custo dos serviços prestados	(367)	(552)	(885)	(506)
Materiais, serviços de terceiros e outros operacionais	(579)	(893)	(1.589)	(1.520)
	(946)	(1.445)	(2.474)	(2.026)
VALOR ADICIONADO BRUTO	414	- 158	9.656	8.289
Depreciação e amortização	(6)	(4)	(6)	(4)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA				
COMPANHIA	408	- 162	9.650	8.285
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA				
Resultado de equivalência patrimonial	2.506	1.207	598	138
Receitas financeiras	136	8	553	237
Outras receitas	-	-	-	3
	2.642	1.215	1.151	378
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	3.050	1.053	10.801	8.663
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	277	1 107	6 274	6.542
Pessoal	377	1.105	6.274	6.543
Impostos, taxas e contribuições Remuneração de capitais de targairos:	205	(333)	2.035	1.806
Remuneração de capitais de terceiros: Juros e demais encargos	87	95	111	128
Remuneração de capitais próprios-	07	75	111	120
Lucros retidos	2.381	186	2.381	186
	3.050	1.053	10.801	8.663

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas e Administradores da Construtora Adolpho Lindenberg S.A. São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, da Construtora Adolpho Lindenberg S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2015, que compreendem os balanços patrimoniais em 31 de março de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) — Demonstração Intermediária e de acordo com a norma internacional IAS 34 — Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), que considera a Orientação Técnica OCPC 04 sobre a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 02 às Entidades de incorporação imobiliária no Brasil, emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovada pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais — ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34, que considera a Orientação Técnica OCPC 04 sobre a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 02 às Entidades de incorporação imobiliária no Brasil, emitida pelo CPC e aprovada pela CVM e pelo CFC, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfases

- a) Conforme descrito na nota explicativa nº 2, as informações financeiras intermediárias individuais (controladora) e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (CPC 21(R1)). As informações financeiras intermediárias consolidadas preparadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards IFRSs") aplicáveis a entidades de incorporação imobiliária no Brasil (IAS 34, para as informações intermediárias) consideram, adicionalmente, a orientação técnica OCPC 04 editada pelo CPC. Essa orientação trata do reconhecimento da receita desse setor e envolve assuntos relacionados ao significado e à aplicação do conceito de transferência contínua de riscos, benefícios e controle na venda de unidades imobiliárias, conforme descrito em maiores detalhes na nota explicativa nº 3.9. Nossa conclusão não está ressalvada em razão desse assunto.
- b) Conforme descrito na nota explicativa nº 8 às informações financeiras intermediárias, em 31 de março de 2015 aproximadamente 87% das receitas são provenientes de serviços prestados a partes relacionadas. Nossa conclusão não está ressalvada em razão desse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA), referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2015, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações financeiras intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRSs, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, tomadas em conjunto.

São Paulo, 7 de maio de 2015

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Auditores Independentes CRC n° 2 SP 011609/O-8 Walter Dalsasso Contador CRC n° 1 SP 077516/O-9

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 31 DE MARÇO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Construtora Adolpho Lindenberg S.A. ("CAL" ou "Companhia") foi constituída em 13 de julho de 1962, atua sob a forma de sociedade anônima de capital aberto e tem sua sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano, 466 - 2° andar, Edifício Corporate - Bloco C.

Atualmente, suas operações compreendem a execução e administração de obras de construção civil em geral, serviços de empreitada, por conta própria ou de terceiros, e incorporações de empreendimentos imobiliários. Adicionalmente, tem como objetivo a participação no capital social em outras sociedades, como sócia, cotista ou acionista.

A aquisição do controle da Companhia em 2008 pela LDI Desenvolvimento Imobiliário S.A. ("LDI") foi realizada, principalmente, em virtude da qualidade e força da marca "Adolpho Lindenberg".

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Base de elaboração

As principais práticas contábeis utilizadas na preparação das informações financeiras intermediárias (controladora e consolidado) em 31 de março de 2015 foram aplicadas de modo consistente às práticas contábeis adotadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014.

As informações intermediarias financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo CPC e aprovadas pela CVM, que estão em conformidade com as IFRS emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB, aplicáveis a entidades de incorporação imobiliária no Brasil aprovadas pelo CPC, pela CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade CFC, incluindo a Orientação OCPC 04 – Aplicação da Interpretação Técnica ICPC 02 às Entidades de Incorporação Imobiliária Brasileira, no que diz respeito ao reconhecimento da receita e respectivos custos e despesas decorrentes de operações de incorporação imobiliária durante o andamento da obra (método da percentagem completada – POC), neste caso refletido no resultado de equivalência patrimonial sobre determinadas sociedades coligadas indiretas.

Em 28 de maio de 2014, o IASB e o FASB emitiram conjuntamente o IFRS 15 – Receitas com clientes com a finalidade de esclarecer e convergir também o reconhecimento de receita na operação de incorporação imobiliária, a Administração da Companhia aguarda a edição dos correspondentes normativos para análise dos possíveis efeitos em suas demonstrações financeiras.

b) Base de apresentação

As informações intermediarias financeiras consolidadas são preparadas em conformidade com os princípios de consolidação emanados da legislação societária brasileira e pelo pronunciamento técnico CPC 36 (R3) — Demonstrações Consolidadas e compreendem as informações financeiras da Companhia e de suas sociedades controladas, mencionadas na nota explicativa nº 9.

<u>Empresa</u>	Critério de	% de participação	% de participação
	consolidação	em 31/03/2015	em 31/12/2014
		<u>Direta</u>	<u>Direta</u>
Cal Construtora e Serviços de Mão de Obra Ltda.	Integral	100,00	100,00
Lindenberg São Paulo Incorporadora Ltda.	Integral	100,00	100,00
Adolpho Lindenberg Construtora Ltda.	Integral	100,00	100,00

As práticas contábeis são consistentemente aplicadas em todas as empresas consolidadas.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. Julgamentos e estimativas contábeis

Na preparação das informações contábeis intermediarias são adotados julgamentos e avaliação de premissas para o reconhecimento das estimativas no registro de determinados ativos, passivos e outras operações como: impostos diferidos, provisões para garantias, provisão para demandas judiciais e provisão para créditos de liquidação duvidosa, entre outros. Os resultados a serem apurados quando da concretização dos fatos que resultaram no reconhecimento dessas estimativas, poderão ser diferentes dos valores reconhecidos nas presentes demonstrações financeiras. A Administração monitora e revisa periodicamente essas estimativas contábeis e suas premissas.

3.2. Caixa e equivalentes de caixa

São mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

3.3. Imóveis a comercializar

Referem-se aos lotes e estão demonstrados ao custo de aquisição, que não excede o seu valor líquido realizável.

3.4. Investimentos

Os investimentos da Companhia em suas controladas são avaliados com base no método de equivalência patrimonial.

A participação em controlada que apresenta situação de passivo a descoberto (patrimônio líquido negativo) foi registrada no passivo não circulante.

Outros investimentos são avaliados com base no custo de aquisição e submetidos ao teste anual do valor recuperável ("impairment").

3.5. Perda por redução ao valor recuperável

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

3.6. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. Aos passivos são acrescidos, quando aplicável, os correspondentes encargos e as variações monetárias incorridos até a data do balanço. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

3.7. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados e registrados com base no resultado do exercício ajustado de acordo com a legislação fiscal vigente. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados com base nas diferenças temporárias e em prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social à alíquota de 34%. Conforme facultado pela legislação tributaria, determinadas empresas controladas optaram pelo regime de tributação com base no lucro presumido e patrimônio de afetação.

A base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social é a razão de 32% sobre as receitas brutas provenientes da prestação de serviços e 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplica a alíquota regular de 15%, acrescida do adicional de 10% para imposto de renda e de 9% para contribuição social.

3.8. Apuração do resultado de prestação de serviços

Os valores das receitas e dos custos provenientes de prestação de serviços são apropriados ao resultado conforme sua execução, em conformidade com o período de competência.

3.9. Apuração do resultado com venda de imóveis

Na apropriação da receita e resultado com a venda de imóveis, nas sociedades investidas, não consolidadas, Toliara Incorporadora SPE Ltda. e Amadora Incorporação Ltda., são observados os procedimentos estabelecidos pelos Pronunciamentos,

Orientações e Interpretações do CPC inerentes aos contratos de construção e aos contratos de construção do setor imobiliário, determinados pelo Pronunciamento CPC 30 – Receitas, pelo CPC 12 - Ajuste a Valor Presente, pela Orientação - OCPC 01(R1) - Entidades de Incorporação Imobiliária, pela Interpretação ICPC 02 - Contrato de Construção do Setor Imobiliário e pela Orientação OCPC 04 - Aplicação da Interpretação Técnica ICPC 02 às Entidades de Incorporação Imobiliária.

A receita com venda de unidades imobiliárias é mensurada pelo valor efetivamente contratado, sendo os valores de contas a receber, calculados a valor presente considerando os prazos dos recebimentos futuros.

Nas vendas de unidades imobiliárias são adotadas as seguintes premissas para reconhecimento do resultado:

- A partir do momento em que o empreendimento imobiliário lançado não mais estiver sob os efeitos da correspondente cláusula suspensiva constante em seu memorial de incorporação, é apurado o percentual do custo incorrido das unidades imobiliárias vendidas (incluindo o terreno), em relação ao seu custo total orçado, sendo esse percentual aplicado sobre a receita das unidades imobiliárias vendidas, ajustada segundo as condições dos contratos de venda, sendo assim determinado o montante das receitas a serem reconhecidas.
- O montante das receitas com venda de unidades imobiliárias, conforme descrito no parágrafo anterior, incluindo a atualização monetária, líquido das parcelas já recebidas, é contabilizado como contas a receber.
 - O custo incorrido (incluindo o custo do terreno) correspondente às unidades imobiliárias vendidas é apropriado ao resultado, conforme anteriormente mencionado.
- Se surgirem circunstâncias que possam alterar as estimativas originais de receitas, custos ou a extensão do prazo para a conclusão dos empreendimentos imobiliários, as estimativas iniciais são revisadas. Essas revisões podem resultar em aumentos ou reduções das receitas ou custos estimados e são refletidas no resultado no exercício que a Administração tomou conhecimento das circunstâncias que originaram as revisões.

3.10. Lucro básico e diluído por ação

O lucro básico por ação é calculado dividindo-se o lucro atribuível aos titulares de ações ordinárias da Companhia pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas durante o período.

Não há direitos sobre o lucro diferenciado entre as ações preferenciais e ordinárias. Dessa forma, o resultado por ação será o mesmo para ambas as classes de ações.

3.11. Provisões

Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, em que seja provável que

benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.12. Instrumentos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

A Companhia determina a classificação de seus ativos e passivos financeiros no momento de seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à operação.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outros recebíveis. Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos e outras contas a pagar.

Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem.
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e
 - (a) A Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo; ou
 - (b) A Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirada.

3.13. Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado são preparadas e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº 557, de 12 de novembro de 2008 que aprovou o pronunciamento contábil CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, emitido pelo CPC. Essas demonstrações possuem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia, bem como a sua distribuição durante determinado período, sendo apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte do conjunto das informações intermediarias financeiras da controladora e como informação suplementar às informações financeiras consolidadas.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado		
	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014	
Caixas e bancos	5	34	73	163	
Aplicações financeiras (*)	<u>116</u>	3.792	<u>11.108</u>	<u>13.076</u>	
	<u>121</u>	<u>3.826</u>	<u>11.181</u>	<u>13.239</u>	

(*) As aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósito Bancário (CDB) e operações compromissadas, remuneradas a taxas entre 75% e 101% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e para as quais não há restrições para resgate imediato.

As operações compromissadas são títulos emitidos pelos bancos com o compromisso de recompra do título por parte do banco, e de revenda pelo cliente, com taxas definidas, e prazos pré-determinados, lastreados por títulos privados ou públicos dependendo da disponibilidade do banco e são registradas na CETIP.

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Consolidado		
	31/03/2015	31/12/2014	
Contas a receber por serviços prestados (a)	6.785	6.185	
Contas a receber por venda de imóveis (b)	1.680	2.293	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(210)</u>	<u>(210)</u>	
	<u>8.255</u>	<u>8.268</u>	
Circulante	5.370	5.653	
Não circulante	2.885	2.615	

- (a) Contas a receber de clientes decorrentes de serviços de empreitada global, taxa de administração de obras e assistência técnica.
- (b) Saldo de contas a receber decorrente da venda de unidades imobiliárias concluídas. O saldo é atualizado com juros da Tabela Price de 12% ao ano e variação do Índice Geral de Preços de Mercado IGP-M, da Fundação Getúlio Vargas FGV.

O saldo não circulante em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014 apresentava o seguinte cronograma de vencimentos:

	Consolidado				
Ano de vencimento	31/03/2015	31/12/2014			
2016	1.880	1.643			
2017	403	410			
2018	207	193			
Após 2018	_ 395	369			
	<u>2.885</u>	<u>2.615</u>			

6. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Contro	oladora	Consolidado		
	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014	
COFINS retido a recuperar	28	28	35	53	
CSLL retido a recuperar	74	174	383	561	
INSS retido a recuperar	8	8	8	8	
IRRF sobre aplicação financeira	32	-	63	26	
IRRF sobre serviços	49	82	820	938	
PIS retido a recuperar	6	6	8	11	
INSS a recuperar	39	39	203	203	
Outros impostos a recuperar	1	<u>_1</u>	1	1	
	<u>237</u>	<u>338</u>	<u>1.521</u>	<u>1.801</u>	

7. IMÓVEIS A COMERCIALIZAR

	Contro	ladora	Consolidado		
	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014	
Estoques de terrenos (lotes) Provisão para desvalorização (*)	582 (291)	582 (291)	1.681 (840)	1.681 (840)	
110 (1540 puru 025 (1101)2uşub ()	<u>291</u>	<u>291</u>	<u>841</u>	<u>841</u>	

^(*) Provisão referente à desvalorização dos terrenos em estoque, realizada em anos anteriores.

8. PARTES RELACIONADAS

a) Contas correntes com partes relacionadas

	Controladora <u>31/03/2015</u>	$\frac{Consolidado}{31/03/2015}$
CAL Construtora e Serviços de Mão de Obra Ltda.	2.360	-
Lindenberg São Paulo Incorporadora Ltda. Amadora Incorporação SPE Ltda.	$\frac{15}{2.375}$	349 349

Representava conta corrente com parte relacionada sem vencimento determinado ou cobrança de encargos financeiros.

b) Receitas com partes relacionadas

Conforme demonstrado a seguir, parte substancial das receitas de serviços prestados pela Companhia e suas controladas em 31 de março de 2015 e de 2014 decorre de contratos firmados com empresas ligadas, principalmente as sociedades investidas da controladora Lindencorp Participações e Incorporações Ltda.:

	Consolidado	
	31/03/2015	31/03/2014
Receitas com serviços prestados com partes relacionadas:		
Clermont Incorporação SPE Ltda.	760	506
Costa São Caetano Empreendimentos S.A.	-	332
Londres Empreendimentos S.A.	-	1.003
Laurenza Incorporação SPE Ltda.	1.979	1.627
Madiere Incorporação Ltda.	485	93
Mônaco Incorporação SPE Ltda.	-	952
Santa Lídia Empreendimentos e Participações SPE Ltda.	-	85
Sardenha Incorporação SPE Ltda.	6	277
Morawa Incorporação SPE Ltda.	626	529
Toliara Incorporação SPE Ltda.	442	340
Oxford Incorporação SPE Ltda.	858	615
Treviso Incorporação SPE Ltda.	575	-
Amadora Incorporação SPE Ltda.	320	-
Piacenza Incorporação SPE Ltda.	28	-
Venta Del Moro Incorporação SPE Ltda.	1	-
Phaser Incorporação SPE S.A.	4.519	2.003
Serra Azul Incorporadora Ltda.	508	549
Total de receita de serviços com empresas ligadas	<u>11.107</u>	<u>8.911</u>
% de representatividade com empresas ligadas	92%	86%

Os serviços prestados referem-se principalmente à construção, assistência técnica e administração de obras e foram contratados a taxas que variam de 7,26% a 9% do custo das obras.

c) Remuneração de administradores e diretores

Em Assembleia Geral Ordinária realizada no dia 31 de março de 2015 foi aprovada a remuneração global máxima anual dos administradores da Companhia para o exercício de 2015 em até R\$3.000 (R\$3.000 em 2014).

Em 31 de março de 2015, o montante pago aos administradores foi de R\$712 (R\$986 em 31 de março de 2014), registrados nas rubricas de custo dos serviços prestados e despesas gerais e administrativas.

9. INVESTIMENTOS

	Control	ladora	Consolidado		
<u>Descrição</u>	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014	
Investimentos avaliados pelo custo de aquisição (a)	-	-	835	835	
Investimentos em controladas e coligadas (b)	<u>25.360</u>	<u>22.224</u>	<u>11.749</u>	<u>11.151</u>	
Total de investimentos	25.360	22.224	12.584	11.986	
Provisão para perdas com controladas (b)	(7.306)	(6.337)		<u>=</u>	
Total líquido de investimentos	<u>18.054</u>	<u>15.887</u>	<u>12.584</u>	<u>11.986</u>	

- (a) Participação societária avaliada pelo custo de aquisição referente ao empreendimento Dom Pedro (participação de 5%).
- (b) Participações societárias avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. Quando o patrimônio líquido está em situação de passivo a descoberto, são apresentadas no passivo não circulante da Companhia.

As principais informações das participações societárias diretas e a composição dos investimentos, são como segue:

Em 31 de março de 2015

	Ati	vo	Passivo		Patrimônio				
<u>Investidas</u>	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	líquido (passivo a descoberto)	Resultado do período	Participação (%)	Investimento	Equivalência patrimonial
Cal Construtora e Serviços de Mão de Obra Ltda. Lindenberg São Paulo	6.280	4.416	6.907	11.095	(7.306)	(969)	100	(7.306)	(969)
Incorporadora Ltda. Adolpho Lindenberg	92	13.239	6	31	13.294	614	100	13.294	614
Construtora Ltda.	11.372	1.137	396	47	12.066	2.861	100	12.066	<u>2.861</u>
Investimentos em								<u>18.054</u>	<u>2.506</u>
controladas Provisão para perdas com								<u>25.360</u>	
controladas								(7.306)	
					Consol	idado			
	Ati	vo	Pass	ivo		Resultado			
<u>Investidas</u>	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Patrimônio líquido	do exercício	Participação (%)	Investimento	Equivalência patrimonial
Toliara Incorporadora SPE Ltda. (*)	44.923	4.710	11.623	3.096	34.914	1.813	30	10.474	544
Amadora Incorporação Ltda. (*)	10.165	12.114	3.307	6.225	12.747	536	10	1.275	54
Investimento avaliado ao custo								835	
								<u>12.584</u>	<u>598</u>

(*) Sociedades com empreendimento imobiliário em andamento, sendo os registros contábeis efetuados, segundo os critérios estabelecidos pelo OCPC 04. Não são consolidadas em função da controlada Lindenberg São Paulo Incorporadora Ltda. não ter controle.

Em 31 de dezembro de 2014

	Controladora								
	Ati	ivo	Pass	sivo	Patrimônio				
<u>Investidas</u>	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	líquido (passivo a descoberto)	Resultado do exercício	Participação (%)	Investimento	Equivalência patrimonial
Cal Construtora e Serviços de Mão de Obra Ltda. Lindenberg São Paulo	7.379	3.852	9.278	8.290	(6.337)	(4.170)	100	(6.337)	(4.170)
Incorporadora Ltda. Adolpho Lindenberg	329	12.372	6	17	12.678	1.442	100	12.678	1.442
Construtora Ltda.	8.839	1.424	652	65	9.546	11.392	100	<u>9.546</u>	11.392
Investimentos em								<u>15.887</u>	<u>8.664</u>
controladas Provisão para perdas com								22.224	
controladas								(6.337)	
	-				Consol				
	Ati		Pass			Resultado			
Investidas	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Patrimônio líquido	do exercício	Participação (%)	Investimento	Equivalência patrimonial
Toliara Incorporadora SPE Ltda. (*)	28.189	18.054	10.955	2.187	33.101	4.679	30	9.930	1.403
Amadora Incorporação Ltda. (*)	9.133	10.202	3.067	4.057	12.211	185	10	1.221	(17)
Investimento avaliado ao custo								835	
								<u>11.986</u>	<u>1.386</u>

A movimentação dos investimentos para o período de três meses findo em 31 de março de 2015 e exercício findo em 31 de dezembro de 2014 é como segue:

	Contro	oladora	Conso	lidado
	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014
	15.005	12.054	11.006	0.000
Saldos no início do período, líquidos	15.887	12.054	11.986	8.990
Integralização de capital, líquido de redução	-	2.446	-	372
Aquisição de participação (a)	-	-	-	1.238
Dividendos recebidos	(339)	(6.616)	-	-
Equivalência patrimonial	2.506	8.664	598	1.386
Perda na compra (a)		(661)		
Saldos no fim do período, líquidos	<u>18.054</u>	<u>15.887</u>	<u>12.584</u>	<u>11.986</u>

(a) Em julho de 2014, através de contrato particular de compra e venda de quotas, a Lindenberg São Paulo Incorporadora Ltda. adquiriu da empresa do Grupo Lindencorp Participações e Incorporações Ltda. a parcela de 10% da participação societária da Amadora Incorporação Ltda. O patrimônio líquido adquirido foi de R\$1.238 pelo montante de R\$1.889, gerando uma perda de R\$651, registrado na rubrica reserva especial. Adicionalmente, em dezembro de 2014, a Adolpho Lindenberg Construtora Ltda. cedeu à

companhia sua participação na Cal Construtora e Serviços de Mão de Obra Ltda. gerando uma perda de R\$10.

10. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS PARCELADAS

	Contro	oladora e	Conso	<u>olidado</u>
	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014
Parcelamento da Lei nº 11.941/09 - REFIS IV (a)	2.488	2.538	3.492	3.550
PPI - Prefeitura de São Paulo (b)	<u>735</u>	<u>755</u>	<u>735</u>	<u>755</u>
	<u>3.223</u>	<u>3.293</u>	<u>4.227</u>	<u>4.305</u>
Circulante	550	539	655	642
Não circulante	2.673	2.754	3.572	3.663

A movimentação das obrigações tributárias parceladas para o período de três meses findo em 31 de março de 2015 e para o exercício findo em dezembro de 2014 é como segue:

	Contro	<u>ladora</u>	<u>Consolidado</u>		
	<u>31/03/2015</u> <u>31/12/2014</u>		31/03/2015	31/12/2014	
Saldo no inicio do período	3.293	3.623	4.305	5.474	
Juros	67	272	85	362	
Amortização	<u>(137)</u>	<u>(602)</u>	<u>(163)</u>	(1.531)	
Saldo no fim do período	<u>3.223</u>	<u>3.293</u>	<u>4.227</u>	4.305	

(a) Parcelamento da Lei nº 11.941/09 - REFIS IV

Em 27 de maio de 2009, por meio da Lei nº 11.941/09 e da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 06/09, a Receita Federal do Brasil instituiu o Programa de Parcelamento Especial, chamado de REFIS IV. A opção pelos parcelamentos de que trata essa Lei importa confissão irrevogável e irretratável dos débitos em nome do sujeito passivo na condição de contribuinte para compor os referidos parcelamentos e configura confissão extrajudicial. Esse programa permite o parcelamento, em até 180 meses, de dívidas tributárias existentes vencidas até 30 de novembro de 2008, bem como débitos originados de autuações lavradas pela Secretaria da Receita Federal, sendo obrigatória a desistência de eventual discussão judicial sobre tais débitos.

Em 27 de novembro de 2009, a Companhia formalizou a opção pelo parcelamento, com prazo que varia entre 30 e 180 meses, dependendo da natureza dos débitos e até esta data vem cumprindo os requisitos legais para a manutenção do referido programa. Ressalte-se que a permanência do contribuinte no programa está vinculada à inexistência de atraso no pagamento das parcelas e, no que for aplicável, desistência das ações relativas aos débitos parcelados.

Esse parcelamento prevê, entre outros: (i) o abatimento de determinado percentual dos valores devidos de multa e juros, dependendo do prazo de pagamento a ser determinado pela Companhia; e (ii) a utilização do saldo de prejuízos fiscais de imposto de renda e base negativa de contribuição social dos valores remanescentes de multa e juros.

(b) PPI - Prefeitura de São Paulo

No exercício de 2006, os débitos municipais em aberto foram objeto do Programa de Parcelamento Incentivado - PPI com a Prefeitura do Município de São Paulo. O saldo do parcelamento está sujeito à atualização pela taxa Selic, podendo ser pago em até 120 meses.

Cronograma de vencimentos

O saldo não circulante em 31 de março de 2015 apresentava o seguinte cronograma de vencimentos:

	<u>C</u>	<u>Controladora</u>			<u>Consolidado</u>			
Ano	<u>PPI</u>	REFIS	<u>Total</u>	<u>PPI</u>	<u>REFIS</u>	<u>Total</u>		
2016	126	288	414	126	368	494		
2017	168	384	552	168	492	660		
Após 2017	<u>275</u>	1.432	1.707	<u>275</u>	2.143	2.418		
_	<u>569</u>	<u>2.104</u>	<u>2.673</u>	<u>569</u>	<u>3.003</u>	<u>3.572</u>		

11. PROVISÕES

		Consolidado				
		Riscos				
	Garantias (a)	trabalhistas, cíveis e tributários (b)	Total			
Saldos iniciais em 31/12/2014 Variações líquidas no período Saldos finais em 31/03/2015	8.657 <u>578</u> <u>9.235</u>	4.288 (2.766) 1.522	12.945 (2.188) 10.757			
Circulante em 31/03/2015 Não circulante em 31/03/2015	1.678 7.557	<u>1.522</u>	1.678 9.079			
Circulante em 31/12/2014 Não circulante em 31/12/2014 Saldos finais em 31/12/2014	$\frac{1.523}{7.134}$ 8.657	$\frac{\frac{4.288}{4.288}}{4.288}$	1.523 11.422 12.945			

(a) A Companhia concede período de garantia sobre os imóveis com base na legislação vigente, pelo período de cinco anos. Uma provisão é reconhecida considerando a estimativa dos custos a serem incorridos no atendimento de eventuais reivindicações.

A constituição da provisão para garantias é registrada na controlada ao longo da construção dos empreendimentos administrados pela Companhia e, após a entrega destes, tem início o processo de reversão da provisão de acordo com a curva de gastos históricos definidos pela área de Engenharia. A prestação de serviços de assistência técnica é realizada pela controlada, e na data da prestação, reconhecida no resultado, na rubrica "Manutenção de obras prontas".

(b) Durante o curso normal de seus negócios, a Companhia e suas controladas ficam expostas a certas contingências e riscos. A provisão é estabelecida por valores atualizados, para

processos trabalhistas, cíveis e tributários em discussão nas instâncias administrativas e judiciais, com base na opinião dos consultores jurídicos da Companhia, para os casos em que a perda é considerada provável.

Em 31 de março de 2015, a provisão está relacionada a processos trabalhistas, cíveis e tributários, com saldo de R\$1.522 (R\$ 4.288 em 31 de dezembro de 2014).

Adicionalmente, a Companhia possuía em 31 de março de 2015, os seguintes valores relativos a processos classificados pelos consultores jurídicos como perdas possíveis, os quais não têm provisão reconhecida contabilmente:

<u>Natureza</u>	<u>Valor</u>
Trabalhista	7.364
Tributária	149
Cível	<u>2.712</u>
	10.225

As declarações de rendimentos da Companhia e de suas controladas estão sujeitas à revisão e aceitação final pelas autoridades fiscais, por período prescricional de cinco anos. Outros encargos tributários e previdenciários, referentes a períodos variáveis de tempo, também estão sujeitos a exame e aprovação final pelas autoridades fiscais.

Adicionalmente, em agosto de 2013 o Ministério Público do Trabalho distribuiu Ação Civil Pública contra a Companhia, cujo valor atribuído foi de R\$ 100 milhões, considerando multa a título de dano moral a favor do FAT (Fundo de Amparo do Trabalhador). A contestação da Companhia foi protocolada e a audiência de instrução inicialmente marcada para 14 de agosto de 2014, e adiada pelo Juiz para o dia 13 fevereiro de 2015. A defesa da Companhia consiste em demonstrar a qualidade empregada em segurança e saúde do trabalho, bem como em esclarecer e refutar a absoluta impropriedade do procedimento e das acusações feitas pelo Ministério Público do Trabalho. As cominações apontadas pelo último se apoiam em laudo deficiente que apresenta situações absolutamente genéricas e subjetivas. A Acusação também elenca inúmeros apontamentos repetitivos, agravando sobremaneira a imposição das multas aplicadas, conforme expressamente demonstrado na defesa apresentada pela Companhia. Os assessores jurídicos consideram prováveis as chances de êxito da Companhia em referida ação, razão pela qual a Administração não apresenta provisão nas demonstrações financeiras.

Em 13 de fevereiro de 2015 ocorreu a audiência de instrução supramencionada, onde constou expressamente em ata a proposta de acordo do Ministério Publico do Trabalho, consistente no pagamento de multa no valor de R\$750, combinado com obrigações de fazer na área de saúde e segurança do trabalho. Decorrido o prazo, a Companhia não aceitou o acordo, mas esse fato não altera a probabilidade de êxito do processo conforme posição dos assessores jurídicos. O julgamento foi marcado para o dia 8 de junho de 2015.

12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) A reconciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social correntes e diferido é como segue:

	Contro	oladora
	31/03/2015	31/03/2014
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social Efeito das diferenças permanentes:	2.381	(340)
Resultado de equivalência patrimonial Efeito das variações das diferenças temporárias: Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social não	(2.506)	(1.207)
constituídas Outras adições, líquidas	110 15	-
Base de cálculo		(1.547)
Imposto de renda e contribuição social (24%)	-	371
Adicional em determinados meses de apuração Imposto de renda e contribuição social diferidos	=======================================	155 526
	Conso	lidado
	31/03/2015	
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	2.842	553 2.010
Provisão para assistência técnica e garantia de obras Lucro antes dos impostos nas empresas tributadas pelo lucro	(359)	2.010
presumido	(3.936)	(2.289)
Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social não	1.025	
constituídas Outras adições, líquidas	1.827 (374)	-
Base de cálculo das empresas optantes pelo lucro real		<u>274</u>
Imposto de renda e contribuição social 24%	-	66
Adicional em determinados meses de apuração	<u>=</u>	<u>21</u>
Imposto de renda e contribuição social das controladas optantes pelo lucro presumido	<u>461</u>	<u>280</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social	461	<u>367</u>
Correntes	<u>461</u>	708
Diferidos	Ξ	<u>(341)</u>

Substancialmente, o imposto de renda e a contribuição social correntes no consolidado em 31 de março de 2015 e de 2014 representam os tributos sobre o lucro presumido sobre sociedades controladas, como segue:

Consol	<u>idado</u>
31/03/2015	31/03/2014

Receita bruta sobre serviços das controladas	3.319	2.292
Alíquota combinada - %	<u>10,88%</u>	10,88%
Expectativa de despesa	361	249
Outras (despesas) receitas	<u>100</u>	<u>31</u>
	<u>461</u>	<u>280</u>

b) Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos em 31 de março de 2015 tem a seguinte origem:

	Controladora		Conso	lidado
	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014
Ativo fiscal diferido:				
Base de cálculo do imposto de renda e da				
contribuição social diferido	14.788	<u>14.788</u>	<u>21.873</u>	<u>21.873</u>
Alíquota	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>
	<u>5.028</u>	<u>5.028</u>	<u>7.437</u>	<u>7.437</u>

A Administração da Companhia possui projeções de geração de resultados positivos futuros, aprovados pela Administração, com expectativas conservadoras de realização nos seguintes anos:

	Contro	ladora	Consolidado		
Ano	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014	
2015	270	270	507	507	
2015			597	597	
2016	429	429	791	791	
2017	468	468	834	834	
2018 em diante	3.861	3.861	<u>5.215</u>	<u>5.215</u>	
	<u>5.028</u>	<u>5.028</u>	<u>7.437</u>	<u>7.437</u>	

As premissas utilizadas para a preparação do estudo técnico de viabilidade levam em consideração contratos já assinados, variação de taxas de reajuste salarial e projeções de novos contratos.

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

13.1. Capital social

O capital social da Companhia em 31 de março de 2015 é de R\$ 12.000 (R\$ 8.000 em 31 de dezembro 2014), totalmente integralizado, representado por 124.040 ações ordinárias e 248.079 ações preferenciais, sem valor nominal.

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada no dia 30 de abril de 2014, foi aprovado o aumento de capital sem a emissão de novas ações, mediante a capitalização de parte do saldo de reserva de retenção de lucros no valor de R\$ 6.883.

Foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada no dia 31 de março de 2015, o aumento de capital sem a emissão de novas ações, mediante a capitalização de parte do saldo de reserva de retenção de lucros no valor de R\$ 4.000.

As ações possuem as seguintes características:

Ação preferencial

- a) As ações preferenciais não têm direito a voto, respeitadas as determinações legais. Em futuros aumentos de capital por subscrição, a Companhia poderá, a qualquer tempo, propor aumentos do capital social por subscrição sem guardar a proporcionalidade existente entre as ações ordinárias e preferenciais, limitadas as últimas até 2/3 do total do capital social.
- b) Aos possuidores de ações preferenciais são conferidas as seguintes vantagens: (i) prioridade na percepção de um dividendo mínimo anual e não cumulativo de 6,5% sobre o valor do capital social próprio ou a participação proporcional de 25% do lucro líquido, prevalecendo o valor maior; (ii) participação em igualdade de condições com as ações ordinárias na distribuição de lucros que excederem o mínimo deste parágrafo, bem como as bonificações por capitalização de reservas, lucros e correção monetária; e (iii) irresgatabilidade e prioridade, até o valor do capital social próprio a essa espécie de ação, como também participação proporcional no valor patrimonial, no caso de liquidação da Companhia.

Ação ordinária

- a) As ações ordinárias conferem o direito a um voto nas Assembleias Gerais ou o direito ao voto múltiplo nos casos e na forma previstos em lei.
- b) As ações ordinárias conferem direito ao recebimento de dividendos.

Em 31 de março de 2015 a composição das ações ordinárias da Companhia está demonstrada da seguinte forma:

<u>Acionistas</u>	Ações <u>ordinárias</u>	Capital votante - %
LDI Desenvolvimento Imobiliário S.A.	116.996	94,32
José Oswaldo Morales Junior	6.378	5,14
Outros acionistas	666	0,54
	<u>124.040</u>	<u>100,00</u>

Por força do Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças de 1º de abril de 2008 firmado entre o antigo controlador da Companhia, a BCME Participações e Negócios Ltda e a atual controladora, a LDI Desenvolvimento Imobiliário S.A., a última adquiriu o direito de aquisição das 1.750 ações ordinárias da Companhia que estavam

aguardando partilha no espólio de Thereza Christina de Oliveira Lindenberg. As referidas ações já foram partilhadas e após transferências entre o herdeiro Adolpho Lindenberg para BCME, as ações finalmente foram transferidas para a LDI em 13 de maio de 2014.

13.2. Destinação dos lucros

No fim do exercício social é constituída a título de reserva legal, 5% do lucro líquido do exercício até que atinja o montante de 20% do capital social da Companhia. Após a constituição da reserva, obrigatoriamente 25% do lucro remanescente será destinado a dividendos, ressalvando o direito dos proprietários das ações preferenciais, mencionadas acima.

13.3. Lucro por ação

Em atendimento ao CPC 41 (IAS 33) - Resultado por Ação (aprovado pela Deliberação CVM nº 636/2010 - Resultado por ação), a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o resultado por ação para os períodos de três meses findos em 31 de março de 2015 e de 2014. O cálculo básico por ação é feito por meio da divisão do lucro líquido (prejuízo) do exercício pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício:

	<u>31/03/2015</u>	31/03/2014
Lucro líquido do período	2.381	186
Média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em	372.119	372.119
circulação	c 10	0.50
Lucro líquido por ação - básico, em R\$	6,40	0,50

A Companhia não possui dívida conversível em ação nem opções de ações concedidas, por isso, não calculou o lucro por ação diluído.

14. RECEITA LÍQUIDA

A receita líquida para os trimestres findos em 31 de março de 2015 e de 2014 possui a seguinte composição:

	Controladora		Conso	lidado
	31/03/2015	31/03/2014	31/03/2015	31/03/2014
Receita de serviços	1.360	1.287	10.790	9.620
Receita de assistência técnica			1.340	695
	1.360	1.287	12.130	10.315
(-) Impostos (*)	<u>(145)</u>	(137)	(1.209)	<u>(1.115)</u>
	<u>1.215</u>	<u>1.150</u>	<u>10.921</u>	9.200

(*) Os impostos incidentes sobre as receitas são: Programa de Integração Social - PIS, Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, Imposto Sobre Serviços - ISS e INSS sobre faturamento.

15. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Conso	lidado
	31/03/2015	31/03/2014	31/03/2015	31/03/2014
Receitas financeiras:				
Aplicações financeiras	62	3	234	118
Variação monetária - contrato de vendas	_	_	139	119
Receita de atualização dos impostos a recuperar	49	-	72	_
Outras receitas financeiras	_25	5	<u>108</u>	<u>-</u> _
	<u>136</u>	8	<u>553</u>	<u>237</u>
Despesas financeiras:				
Atualização monetária de tributos parcelados	(67)	(67)	(85)	(99)
Juros e despesas bancarias	(20)	(28)	(26)	(29)
	<u>(87)</u>	(95)	(111)	(128)
	<u>49</u>	(87)	442	109

16. INFORMAÇÕES SOBRE A NATUREZA DOS CUSTOS E DAS DESPESAS

	Contro	ladora	Consolidado	
	31/03/2015	31/03/2014	31/03/2015	31/03/2014
Pessoal	(744)	(1.105)	(6.938)	(6.801)
Serviços de terceiros	(175)	(297)	(185)	(300)
Despesas gerais	(125)	(945)	(540)	(876)
Aluguéis e condomínios	(160)	(148)	(160)	(148)
Despesas de informática	(23)	(9)	(40)	(27)
Despesas legais e judiciais	(2)	(1)	(7)	(4)
Manutenção de obras prontas	-	(7)	(489)	(171)
Viagens e estadias	(16)	(5)	(16)	(5)
Despesas relacionadas a processos judiciais	(240)	(70)	(242)	(162)
Despesas com depreciação	(6)	(4)	(6)	(4)
Despesas comerciais	(2)	(22)	(13)	(22)
Impostos e taxas diversas	(60)	(56)	(69)	(65)
Provisão para garantias	-	-	(577)	(370)
Reversão de provisão para contingências	163	-	163	-
Outras despesas				(1)
	<u>(1.390)</u>	<u>(2.669)</u>	<u>(9.119)</u>	(8.956)
Classificadas como:				
Custo dos serviços prestados	(367)	(552)	(6.310)	(5.932)
Despesas gerais e administrativas	(1.023)	(2.117)	(2.809)	(3.024)
-	(1.390)	(2.669)	(9.119)	(8.956)

17. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Considerações sobre riscos

Riscos de crédito e de realização

Esses riscos são administrados por normas específicas de análise de crédito e estabelecimento de limites de exposição por cliente. Adicionalmente há análises específicas e normas para aplicações em instituições financeiras e tipos de investimentos ofertados no mercado financeiro.

Risco de taxa de juros

As receitas e despesas da Companhia são afetadas pelas mudanças nas taxas de juros devido aos impactos que essas alterações têm nas despesas de juros provenientes dos instrumentos de dívida com taxas variáveis.

Risco de variação cambial

A Companhia não possui operações com moeda estrangeira sujeitas à variação cambial.

Risco de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez efetuando uma administração baseada em fluxo de caixa, mas ainda pode depender, embora de forma reduzida de obtenção de empréstimos com terceiros e com o acionista controlador para seu equilíbrio financeiro. Eventuais descasamentos entre ativos e passivos são constantemente monitorados.

b) Valorização dos instrumentos financeiros

Valor de mercado dos instrumentos financeiros

Caixa e equivalentes de caixa (caixa, bancos e aplicações financeiras), saldo a receber de clientes e empréstimos e financiamentos são considerados instrumentos financeiros cujos valores de mercado são substancialmente similares aos saldos contábeis.

O saldo a receber de clientes é atualizado a índices contratuais praticados no mercado.

Os juros sobre os financiamentos estão na média praticada atualmente pelo mercado e os saldos estão sendo atualizados de acordo com os contratos firmados.

c) Operações com instrumentos derivativos

Em 31 de março de 2015 a Companhia e suas controladas não possuíam operações de derivativos e nem de risco semelhante.

Análise da sensibilidade das aplicações financeiras

Os principais riscos atrelados às operações da Companhia estão ligados à variação do CDI adicionado aos juros divulgados na nota explicativa nº 4 para capital de giro.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações ao qual a Companhia está exposta na data-base 31 de março de 2015, foram definidos três cenários diferentes. Com base nas taxas do CDI vigentes em 31 de março de 2015, foi definido o cenário provável para um período de 12 meses e a partir deste calculadas variações de 25% e 50%.

Em 31 de março de 2015, o saldo consolidado de aplicações financeiras apresenta a seguinte composição em relação à taxa de juros:

	Risco	Cenário provável (valor contábil projetado)	Cenário I - 25%	Cenário II - 50%	
Aplicações financeiras	CDI	11,20%	8,40%	5,60%	
Posição contábil em 31/03/2015 - R\$ 11.108		1.244	933	622	

18. SEGUROS

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

As coberturas de seguros em 31 de março de 2015 estão demonstradas a seguir:

- (a) Riscos de engenharia R\$ 746.307
- (b) Responsabilidade cível R\$ 78.000 Cobertura por danos materiais e corporais causados involuntariamente a terceiros decorrentes da execução da obra, instalações e montagens no local objeto do seguro.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da revisão das informações intermediarias financeiras, consequentemente, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

19. OUTRAS INFORMAÇÕES

A Medida Provisória nº 627, de 11 de novembro de 2013, convertida na Lei nº 12.973 em 13 de maio de 2014, e a Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.397, de 16 de setembro de 2013, trouxeram mudanças relevantes para as regras tributárias federais. Os dispositivos da referida Lei entraram em vigor obrigatoriamente a partir do ano-calendário de 2015, sendo dada a opção de aplicação antecipada de seus dispositivos a partir do ano-calendário de 2014.

Como a neutralidade tributária estabelecida no artigo 72 da referida Lei, para os pagamentos de dividendos, com base nos resultados apurados entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2013 e em anos anteriores, na avaliação da Administração da Companhia não haverá impactos relevantes, sendo assim, a Companhia não optou pela adoção antecipada acima mencionada.

20. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As informações intermediarias financeiras da Companhia foram aprovadas pela Diretoria em 7 de maio de 2015.

Em observância às disposições da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria da Companhia declarou que discutiu, revisou e concordou com as informações intermediarias financeiras

individuais e consolidadas da Companhia e com as conclusões expressas no relatório sobre a revisão das informações intermediarias financeiras dos auditores independentes relativo ao trimestre findo em 31 de março de 2015.

RELEASE DE RESULTADOS 1T15 | 3M15



Contate RI:

Adolpho Lindenberg Filho
Diretor Financeiro e de
Relações com Investidores
Telefone: +55 (11) 3041-2700
ri@lindenberg.com.br

www.grupoldi.com.br/relacao



Adolpho Lindenberg

CONSTRUTORA



DIVULGAÇÃO DE RESULTADOS 1T15 I 3M15

No 1T15, o Lucro Líquido totalizou R\$ 2,4 milhões com Margem Líquida de 21,8%

São Paulo, 08 de maio de 2015 – A Construtora Adolpho Lindenberg S.A. ("CAL"), completando 60 anos de existência e com status de verdadeira 'grife' no mercado imobiliário, combina apuro estético, boas soluções arquitetônicas, excelência no processo construtivo, inovação e um relacionamento próximo e duradouro com seus clientes.

A partir de 2008, a Construtora Adolpho Lindenberg passou a fazer parte do Grupo LDI que é uma full service real estate developer, dando uma robustez ainda maior à sua operação.

A partir de 1 de janeiro de 2013, passaram a valer as normas IFRS 10 e IFRS 11, que tratam de operações controladas em conjunto. Adotando o normativo CPC 19, uma parcela dos ativos e passivos, receitas e despesas deixa de ser consolidada proporcionalmente. Essa adoção não impacta o Patrimônio Líquido e Resultado da Companhia.

DESTAQUES OPERACIONAIS E FINANCEIROS

- O **Volume de Obras**, no 1T15, alcançou 422,0 mil m², formado por 12 obras (composto de 19 torres), sendo 8 residenciais, 3 comerciais e 1 multi-uso, totalizando 2.988 unidades em construção;
- A **Receita Líquida** atingiu R\$ 10,9 milhões no 1T15, aumento de 18,7% quando comparado com o 1T14;
- O Lucro Bruto totalizou R\$ 4,6 milhões no 1T15, aumento de 41,1% no comparativo com os 1T14, com Margem Bruta de 42,2%, 6,7 p.p. acima em relação ao ano anterior;
- O EBITDA atingiu R\$ 2,4 milhões no 1T15, aumento de 440,5% quando comparado com o 1T14, com Margem EBITDA de 22,0%, 17,1 p.p. acima em relação ao ano anterior;
- O Lucro Líquido no 1T15 totalizou R\$ 2,4 milhões com Margem Líquida de 21,8%, representando um ROE Anualizado de 74,8%;
- O Caixa Líquido da Construtora Adolpho Lindenberg encerrou o 1T15 com R\$ 11,2 milhões;



ÍNDICE

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO	4
PRINCIPAIS INDICADORES	6
DESEMPENHO OPERACIONAL	
Volume de obra	7
Obras iniciadas	7
DESEMPENHO ECONÔMICO – FINANCEIRO	
Receita Líquida	8
Custos de Serviços Prestados	9
Lucro Bruto	10
Despesas Administrativas, Comerciais e Gerais	11
Equivalência Patrimonial	13
EBITDA	13
Resultado Financeiro	15
Imposto de Renda e Contribuição Social	15
Lucro Líquido	16
DESTAQUES DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	
Caixa Líquido e Endividamento	17
Geração de Caixa	17
Obrigações Tributárias Parceladas	18
Provisões de Garantias e Contingências Passivas	18
Patrimônio Líquido	19
ANEXO	
BALANÇO PATRIMONIAL	21
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO	22
FLUXO DE CAIXA	23
GLOSSÁRIO	24



MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

A Construtora Adolpho Lindenberg anuncia os resultados operacionais e financeiros do 1T15, reportando Receita Líquida de R\$ 10,9 milhões com Margem Bruta de 42,2% e Lucro Líquido de R\$ 2,4 milhões com Margem Líquida de 21,8% resultante da consolidação do processo de reestruturação estratégica da Companhia, iniciada em 2008. Em um setor com desafios permanentes, a Construtora Adolpho Lindenberg, mais uma vez, mostrou ser capaz de crescer e entregar resultados em linha ou acima dos trimestres anteriores. A consistência operacional faz com que os resultados sigam em linha com as metas da Companhia, com o objetivo de crescimento futuro e manutenção de rentabilidade para a operação.

No 1T15 iniciamos a obra Lindenberg Jundiaí, residencial localizada no interior de São Paulo, totalizando 20,2 mil m² compostas por 1 torre e 44 unidades, mantendo assim o volume de operações da Companhia.

A Construtora Adolpho Lindenberg apresentou no final do 1T15 um volume total de obras de 422,0 mil m², distribuídas em 12 obras e compostas por 19 torres, sendo 8 obras residenciais, 3 obras comerciais e 1 obra multi-uso totalizando atualmente 2.988 unidades em construção, todas no Estado de São Paulo, o que mostra manutenção do foco.

Com relação aos resultados financeiros no período, conforme detalhado mais a frente, temos o orgulho de reportar, uma Receita Líquida de R\$ 10,9 milhões com Margem Bruta de 42,2% e Lucro Líquido de R\$ 2,4 milhões com Margem Líquida de 21,8%.

Em linha com a política adotada, a Companhia encerrou o 1T15 com R\$ 11,2 milhões de Caixa (Dívida Líquida). Consideramos a posição de caixa bastante confortável frente às obrigações futuras da Companhia.

Importante destacar que a Construtora Adolpho Lindenberg reporta um Patrimônio Líquido de R\$ 18,1 milhões no encerramento do 1T15, crescimento de 15,1% quando comparado ao encerramento do 4T14. Este Patrimônio Líquido já considera a constituição dos dividendos mínimos obrigatórios no valor de R\$ 1,9 milhão, que foi aprovado na Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2015.

Por fim, importante destacar que apesar das dificuldades atuais do mercado imobiliário e das incertezas da economia no Brasil, a Construtora Adolpho Lindenberg em especial, vem obtendo um excelente resultado operacional nos últimos trimestres reportados, frutos da consistência e continuidade dos nossos trabalhos.





Acreditamos que com a manutenção do foco regional e do tamanho atual da Companhia manteremos a nossa qualidade, o cumprimento dos prazos e dos custos dos nossos empreendimentos, alguns dos principais atributos pelos quais a Construtora Adolpho Lindenberg é reconhecida no mercado.

Agradecemos aos nossos clientes e acionistas, pela confiança que depositam em nossa empresa, bem como aos nossos colaboradores e fornecedores pela dedicação e comprometimento com a nossa geração de valor para a sociedade.



PRINCIPAIS INDICADORES

Principais Indicadores Consolidado Período encerrados em 31.março (Em milhares de Reais - R\$)	1715	1T14	Var. %	1T15	4T14	Var. %
Receita Operacional Bruta	12.130	10.315	17,6%	12.130	15.231	-20,4%
Receitas de Serviços	10.790	9.620	12,2%	10.790	13.873	-22,2%
Receitas de Assistência Técnica	1.340	695	92,8%	1.340	1.358	-1,3%
Impostos sobre Receita	(1.209)	(1.115)	8,4%	(1.209)	(1.652)	-26,8%
Receita Operacional Líquida	10.921	9.200	18,7%	10.921	13.579	-19,6%
Custos de Serviços	(5.426)	(5.426)	0,0%	(5.426)	(5.910)	-8,2%
Custos de Assistência Técnica	(884)	(506)	74,7%	(884)	(922)	-4,1%
Lucro Bruto	4.611	3.268	41,1%	4.611	6.747	-31,7%
Margem Bruta (%)	42,2%	35,5%	6,7 pp	42,2%	49,7%	-7,5 pp
Administrativas, comerciais e gerais	(2.809)	(3.024)	-7,1%	(2.809)	(6.150)	-54,3%
Equivalência patrimonial	598	138	333,3%	598	709	-15,7%
Outras receitas operacionais líquidas	-	62	-100,0%	-	(18)	-100,0%
EBITDA	2.400	444	440,5%	2.400	1.288	86,3%
Margem EBITDA (%)	22,0%	4,8%	17,1 pp	22,0%	9,5%	12,5 pp
Resultado Financeiro	442	109	305,5%	442	205	115,6%
Imposto de Renda e Contribuição Social	(461)	(367)	25,6%	(461)	419	-210,0%
Lucro Líquido	2.381	186	1180,1%	2.381	1.912	24,5%
Margem Líquida (%)	21,8%	2,0%	19,8 pp	21,8%	14,1%	7,7 pp
Caixas e Equivalentes de Caixa	1T15	1T14	Var. %	1T15	4T14	Var. %
Caixas e Bancos	73	264	-72,3%	73	163	-55,2%
Aplicações Financeiras	11.108	5.139	116,2%	11.108	13.076	-15,1%
Caixa e Equivalentes de Caixa	11.181	5.403	106,9%	11.181	13.239	-15,5%
Obrigações Tributárias Parceladas	1T15	1T14	Var. %	1T15	4T14	Var. %
REFIS	3.492	4.336	-19,5%	3.492	3.550	-1,6%
PPI	735	811	-9,4%	735	755	-2,6%
COFINS	-	46	-100,0%	-	-	0,0%
Obrigações Tributárias Parceladas	4.227	5.193	-18,6%	4.227	4.305	-1,8%
Provisões de Garantia de Obras e Contigências	1T15	1T14	Var. %	1T15	4T14	Var. %
Provisão de Garantias de Obra	9.235	6.945	33,0%	9.235	8.657	6,7%
Contigências Cíveis, Trabalhistas e Tributárias	1.522	1.835	-17,1%	1.522	4.288	-64,5%
Provisões de Garantias e Contigências	10.757	8.780	22,5%	10.757	12.945	-16,9%

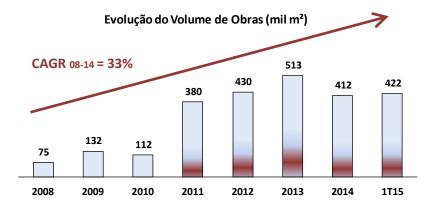
Informações Trimestrais Revisadas



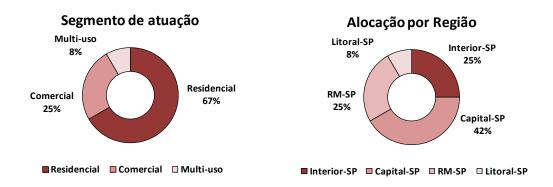
DESEMPENHO OPERACIONAL

Volume de Obras

No 1T15, o volume de obras alcançou 422,0 mil m², distribuídas em 12 obras e compostas por 19 torres, das quais, 8 obras são residenciais, 3 obras são comerciais e 1 obra multi-uso, totalizando 2.988 unidades em construção.



Os gráficos abaixo apresentam a distribuição das obras por região e segmento de atuação no 1T15, através do volume por mil m², o que demonstra a manutenção do foco de atuação da Companhia, no Estado de São Paulo e o segmento residencial.



No 1T15, a Construtora Adolpho Lindenberg iniciou uma obra residencial localizada no interior de São Paulo, composta por 1 torre com 44 unidades e 20,2 mil m² de área a serem construídas, mantendo assim o nível de operação da Companhia.

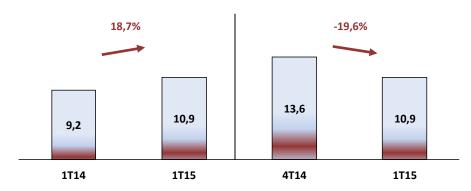


DESEMPENHO ECONÔMICO - FINANCEIRO

Receita Líquida

A Receita Operacional Líquida da Construtora Adolpho Lindenberg é formada por Receitas de Serviços Prestados e Receitas de Assistência Técnica.





A Receita Líquida no 1T15, atingiu R\$ 10,9 milhões, aumento de 18,7% quando comparado com o 1T14 e redução de 19,6% em relação ao 4T14. Deve ser observado na análise comparativa o evento extraordinários ocorridos no 4T14 que resultaram na receita de R\$ 1,1 milhão não recorrente (referente ao Prêmio de Obra). Por outro lado importante notar que os R\$ 10,9 milhões representam um aumento de 18,7% em relação ao 1T14.

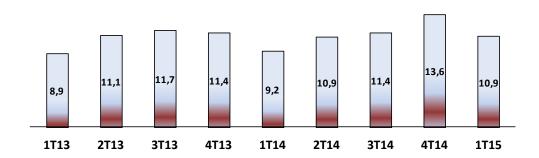
O quadro abaixo apresenta o detalhamento da Receita Operacional Líquida no 1T15.

Receita Operacional Líquida (Em milhares de Reais - R\$)	1T14	1T15	Var. %	4T14	1T15	Var. %
Receitas de Serviços	9.620	10.790	12,2%	13.873	10.790	-22,2%
Receitas de Assistência Técnica	695	1.340	92,8%	1.358	1.340	-1,3%
Impostos sobre Receita	(1.115)	(1.209)	8,4%	(1.652)	(1.209)	-26,8%
Total Receita Operacional Líquida	9.200	10.921	18,7%	13.579	10.921	-19,6%



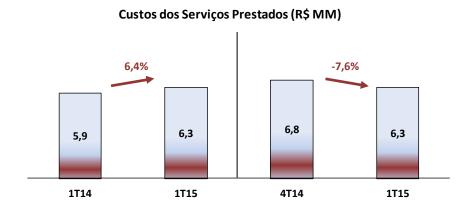
O gráfico abaixo apresenta a evolução da Receita Líquida da Construtora Adolpho Lindenberg nos últimos trimestres.

Receita Operacional Líquida (R\$ MM)



Custo de Serviços Prestados

O Custo dos Serviços Prestados são compostos basicamente pelo custo de mão de obra, provisão de garantias de obras.



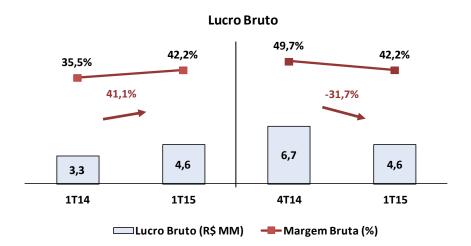
Os Custos dos Serviços Prestados totalizaram R\$ 6,3 milhões no 1T15, contra R\$ 5,9 milhões no 1T14, aumento de 6,4%. Quando comparado com o 4T14, o Custo de Serviços Prestados apresentou um decréscimo de 7,6%. É importante ressaltar que a Construtora Adolpho Lindenberg, tem como foco de atuação a Cidade de São Paulo, a Região Metropolitana de São Paulo e o Estado de São Paulo, região para a qual o INCC vem se mostrando um bom indexador da inflação dos custos.



O quadro abaixo apresenta o detalhamento dos Custos dos Serviços Prestados no 1T15 contra o 4T14 e 1T14.

Custos dos Serviços Prestados (Em milhares de Reais - R\$)	1T14	1T15	Var. %	4T14	1T15	Var. %
Custos de Prestação de Serviços	5.426	5.426	0,0%	5.910	5.426	-8,2%
Custos de Assistência Técnica	506	884	74,7%	922	884	-4,1%
Total Custos dos Serviços Prestados	5.932	6.310	6,4%	6.832	6.310	-7,6%

Lucro Bruto

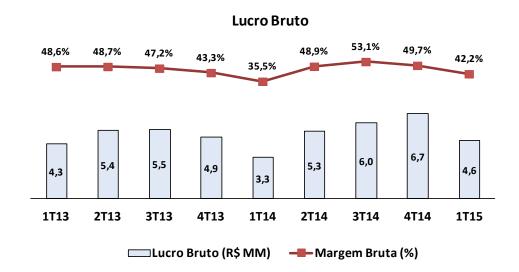


O Lucro Bruto, no 1T15, alcançou R\$ 4,6 milhões, redução de 31,7% em relação ao 4T14, com uma Margem Bruta de 42,2%. Quando comparado com o 1T14, o Lucro Bruto cresceu 41,1% e 6,7 p.p. acima. Conforme informado anteriormente, deve apontar na análise comparativa o evento extraordinários ocorridos no 4T14 que resultaram numa receita de R\$ 1,1 milhão não recorrente (referente ao Prêmio de Obra).

Importante destacar o forte desempenho operacional da Companhia com a manutenção dos patamares de Margem Bruta em niveis similares aos de períodos anteriores, dado o rígido controle de custos, onde as obras em execução e as entregues, estejam em linha com o orçamento, permitindo que suas obras caminhem dentro ou abaixo do custo esperado.

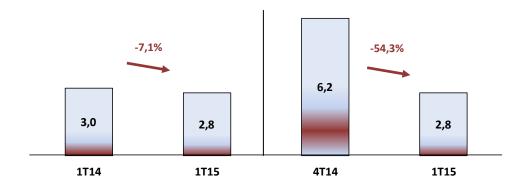


O gráfico abaixo apresenta a evolução do Lucro e da Margem Bruta da Construtora Adolpho Lindenberg nos últimos trimestres e reflete a constancia de uma operação pautada pela busca de rentabilidade adequada com níveis elevados de Margem Bruta.



Despesas Administrativas, Comerciais e Gerais

Despesas Administrativas, Comerciais e Gerais (R\$ MM)



As Despesas Administrativas, Comerciais e Gerais totalizaram R\$ 2,8 milhões no 1T15, uma redução de 54,3% em relação ao 4T14. Já o índice Despesa Administrativa / Receita Líquida ficou em 25,7%, redução de 19,6 p.p. em relação ao 4T14. A redução nas Despesas Administrativas quando comparado ao 4T14, deve-se a constituição da provisão de contigência de riscos trabalhistas, cíveis e tributários no valor de R\$ 2,5 milhões em dezembro de 2014.



Cabe ressaltar que as Despesas Administrativas, Comerciais e Gerais da Construtora Adolpho Lindenberg, contemplam todos os gastos com o seu modelo de negócio integrado com a centralização da estrutura administrativa e de *back office*, que concentram as equipes financeiras, suprimentos, jurídico e recursos humanos. O quadro abaixo apresenta o detalhamento das Despesas Administrativas, Comerciais e Gerais.

Despesas Administrativas, Comerciais e Gerais (Em milhares de Reais - R\$)	1T14	1T15	Var. %	4T14	1T15	Var. %
Despesas Administrativas e Gerais	2.332	2.197	-5,8%	3.753	2.197	-41,5%
Despesas Comerciais	22	13	-40,9%	27	13	-51,9%
Serviços Terceiros	300	185	-38,3%	195	185	-5,1%
Provisão de Garantias de Obra	370	577	55,9%	(335)	577	-272,2%
Contingências Cíveis, Trabalhistas e Tributárias	-	(163)	0,0%	2.510	(163)	-106,5%
Total Despesas Administrativas, Comerciais e Gerais	3.024	2.809	-7,1%	6.150	2.809	-54,3%

O quadro abaixo apresenta a relação das Despesas Administrativas, Comerciais e Gerais em relação à Receita Líquida.

Despesas Administrativas, Comerciais e Gerais (Em milhares de Reais - R\$)	1T14	1T15	Var. %	4T14	1T15	Var. %
Receita Operacional Líquida	9.200	10.921	18,7%	13.579	10.921	-19,6%
Despesas Administrativas, Comerciais e Gerais	3.024	2.809	-7,1%	6.150	2.809	-54,3%
% da Receita Operacional Líquida	32,9%	25,7%	-7,1 pp	45,3%	25,7%	-19,6 pp



Equivalência Patrimonial

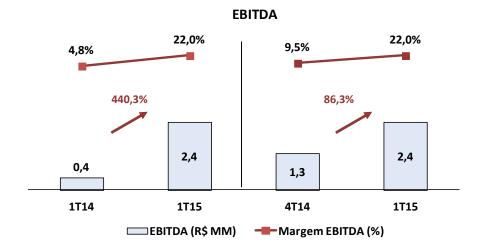
Em 2013, as normas do IFRS 10 e 11, que tratam de operações controladas em conjunto, entraram em vigor. Adotando-se o normativo CPC 19, a parcela dos ativos e passivos, receitas e despesas deixam de ser consolidadas proporcionalmente em empreendimentos não-controlados pela Construtora Adolpho Lindenberg. A Companhia entende como empreendimento não-controlado, aquele empreendimento cujas decisões operacionais e financeiras não são tomadas de forma exclusiva pela Construtora Adolpho Lindenberg.

O Resultado de Equivalência Patrimonial no 1T15 totalizou R\$ 598 mil, redução de 13,6% quando comparado com o 4T14. Quando comparado com o 1T14, a variação da Equivalência Patrimonial foi de 333,3% de crescimento. Importante destacar que no encerramento do 1T15, a Toliara Incorporação SPE Ltda. e a Amadora Incorporação SPE Ltda. encontrava-se com 67,7% e 43,8% de vendas acumuladas respectivamente.

O quadro abaixo, demonstra o resultado líquido proporcional ao empreendimento nãocontrolados pela Companhia através do resultado de Equivalência Patrimonial.

Equivalência Patrimonial (Em milhares de Reais - R\$)	1T14	1T15	Var. %	4T14	1T15	Var. %
Toliara Incorporadora SPE Ltda.	138	544	294,2%	709	544	-23,3%
Amadora Incorporação SPE Ltda.	-	54	0,0%	(17)	54	-417,6%
Total Equivalência Patrimonial	138	598	333,3%	692	598	-13,6%

EBITDA



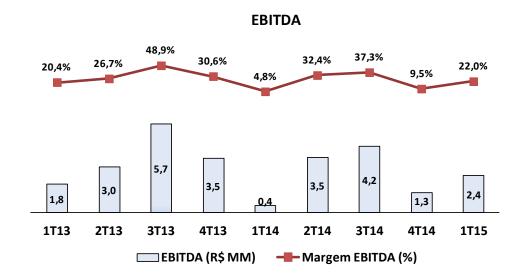


O EBITDA no 1T15 atingiu R\$ 2,4 milhões, aumento de 86,3% em relação ao 4T14, com Margem EBITDA de 22,0% e 12,5 p.p. superior. Quando comparado com o 1T14, o crescimento do EBITDA foi de 440,3% e 17,1 p.p. acima. O aumento do EBITDA quando comparado com o 4T14, deve-se principalmente a constituição da provisão de contigência no valor de R\$ 2,5 milhões em dezembro de 2014.

O quadro abaixo detalha o cálculo do EBITDA adotado pela Construtora Adolpho Lindenberg.

EBITDA (Em milhares de Reais - R\$)	1T14	1T15	Var. %	4T14	1T15	Var. %
Lucro Líquido	186	2.381	1180,1%	1.912	2.381	24,5%
IR/CSLL	367	461	25,6%	(419)	461	-210,0%
Resultado Financeiro	(109)	(442)	305,5%	(205)	(442)	115,6%
EBITDA	444	2.400	440,5%	1.288	2.400	86,3%
Margem EBITDA (%)	4,8%	22,0%	17,1 pp	9,5%	22,0%	12,5 pp

O gráfico abaixo apresenta a evolução do EBITDA da Construtora Adolpho Lindenberg nos últimos trimestres.





Resultado Financeiro Líquido

No 1T15, o Resultado Financeiro Líquido totalizou R\$ 442 mil positivos, sendo R\$ 553 mil de receitas e R\$ 111 mil de despesas. Para o mesmo período do ano anterior, o Resultado Financeiro Líquido foi de R\$ 109 mil positivos, aumento de 305,5% em relação aos 1T14, feito este que representa endividamento zero e caixa líquido positivo, devido a força de uma operação que está crescendo sobre bases sustentavéis e com regularidade.

Resultado Financeiro (Em milhares de Reais - R\$)	1T14	1T15	Var. %	4T14	1T15	Var. %
Aplicações financeiras	118	235	99,2%	224	235	4,9%
Variação monetária - contrato de vendas	119	318	167,2%	57	318	457,9%
Outras receitas financeiras	-	-	0,0%	35	-	-100,0%
Total Receitas Financeiras	237	553	133,3%	316	553	75,0%
Atualização monetária de tributos parcelados	(99)	(85)	-14,1%	(87)	(85)	-2,3%
Juros e despesas bancárias	(29)	(26)	-10,3%	(24)	(26)	8,3%
Total Despesas Financeiras	(128)	(111)	-13,3%	(111)	(111)	0,0%
Total Resultado Financeiro	109	442	305,5%	205	442	115,6%

Imposto de Renda e Contribuição Social

O Imposto de Renda e Contribuição Social apurado foi de R\$ 461 mil negativos no 1T15 contra os R\$ 419 mil positivos no 4T14 e R\$ 367 mil negativos no 1T14.

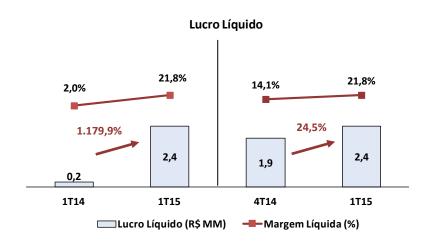
Imposto de Renda e Contribuição Social (Em milhares de Reais - R\$)	1T14	1T15	Var. %	4T14	1T15	Var. %
Correntes	(708)	(461)	-34,9%	(592)	(461)	-22,1%
Diferidos	341	-	-100,0%	1.011	-	-100,0%
Total Imposto de Renda e Contribuição Social	(367)	(461)	25,6%	419	(461)	-210,0%

O quadro abaixo apresenta a abertura da conta "Imposto de Renda e Contribuição Social" em relação à Receita Líquida.

Imposto de Renda e Contribuição Social (Em milhares de Reais - R\$)	1T14	1T15	Var. %	4T14	1T15	Var. %
Receita Operacional Líquida	9.200	10.921	18,7%	13.579	10.921	-19,6%
Imposto de Renda e Contribuição Social	(367)	(461)	25,6%	419	(461)	-210,0%
% da Receita Operacional Líquida	-4,0%	-4,2%	-0,2 pp	3,1%	-4,2%	-7,3 pp



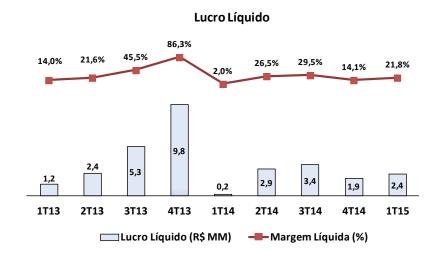
Lucro Líquido



O Lucro Líquido no 1T15 totalizou R\$ 2,4 milhões, com Margem Líquida de 21,8%, contra R\$ 1,9 milhão e Margem Líquida de 14,1% no 4T14, crescimento de 24,5% e 7,7 p.p. Quando comparado com o 1T14, o Lucro Líquido passou de R\$ 186 mil com Margem Líquida de 2,0% para R\$ 2,4 milhões e com Margem Líquida de 21,8%, crescimento de 1.179,9% e 19,8 p.p. acima. O quadro abaixo apresenta o detalhamento da conta "Lucro Líquido do Exercício" em relação à Receita Líquida.

Lucro Líquido do Período (Em milhares de Reais - R\$)	1T14	1T15	Var. %	4T14	1T15	Var. %
Lucro Líquido do Período	186	2.381	1179,9%	1.912	2.381	24,5%
Margem Líquida (%)	2,0%	21,8%	19,8 pp	14,1%	21,8%	7,7 pp

O gráfico abaixo apresenta a evolução do Lucro Líquido da Construtora Adolpho Lindenberg nos últimos trimestres.

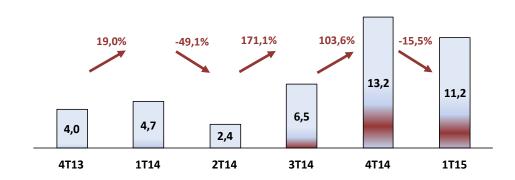




DESTAQUES DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Caixa Líquido e Endividamento

Dívida (Caixa) Líquido (R\$ MM)



O Caixa Líquido da Construtora Adolpho Lindenberg, ao final do 1T15, totalizou R\$ 11,2 milhões, redução de 15,5% em relação ao 4T14. Importante destacar que a Companhia não possui endividamento e encontra-se numa situação de Caixa Líquido Gerado bastante confortavél para a operação futura da Companhia.

A tabela abaixo, apresenta a composição da conta "Dívida (Caixa) Líquido".

Dívida (Caixa) Líquido (Em milhares de Reais - R\$)	4T13	1T14	2T14	3T14	4T14	1T15
Caixa e Equivalentes de Caixa	4.686	5.403	2.870	6.502	13.239	11.181
Variação Caixa e Equivalentes de Caixa		717	(2.533)	3.632	6.737	(2.058)
Dívida Bruta	(725)	(688)	(472)	-	-	-
Dívida Bruta Cessão de Recebíveis	(725) (725)	(688) (688)	(472) (472)	-	<u>-</u> -	-
			` '			

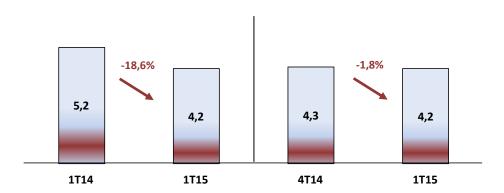
Geração de Caixa

No 1T15, a Geração de Caixa foi de R\$ 2,1 milhões negativos, o que resultou num caixa de R\$ 11,2 milhões no encerramento do trimestre. Consideramos a posição de caixa bastante confortável frente às obrigações futuras da Companhia.



Obrigações Tributárias Parceladas (PPI / REFIS)

Obrigações Tributárias Parceladas (R\$ MM)

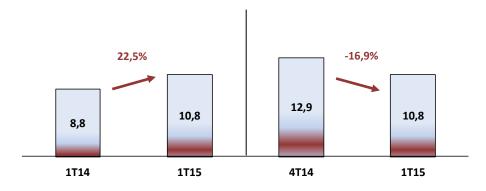


No 1T15 as Obrigações Tributárias Parceladas, que incluim o PPI (Programa de Parcelamento Incentivado) e o REFIS (Programa de Recuperação Fiscal), totalizou R\$ 4,2 milhões, redução de 1,8% em relação ao 4T14. Quando comparado ao 1T14, o total das Obrigações Tributárias Parceladas, passou de R\$ 5,2 milhões para R\$ 4,2 milhões, uma redução de 18,6%.

Obrigações Tributárias Parceladas (Em milhares de Reais - R\$)	1T14	1T15	Var. %	4T14	1T15	Var. %
REFIS	4.336	3.492	-19,5%	3.550	3.492	-1,6%
PPI	811	735	-9,4%	755	735	-2,6%
COFINS	46	-	-100,0%	-	-	0,0%
Total Obrigações Tributárias Parceladas	5.193	4.227	-18,6%	4.305	4.227	-1,8%

Provisões de Garantias e Contingências Passivas

Provisões de Garantias e Contingências (R\$ MM)



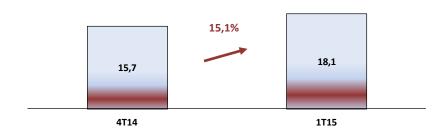


A conta "Provisão de Garantias de Obras e Contingências Cíveis, Trabalhistas e Tributárias" totalizou R\$ 10,8 milhões no 1T15 contra R\$ 12,9 milhões no 4T14, uma variação de 16,9%. Referente ao incremento na provisão de custos a serem incorridos no atendimento de eventuais reivindicações decorrentes do período da garantia de assistência técnica, a variação foi de 6,7%, e em relação a contigências passivas, a variação foi de 64,5% no 1T15 quando comparado ao 4T14.

Provisões de Garantias e Contigências (Em milhares de Reais - R\$)	1T14	1T15	Var. %	4T14	1T15	Var. %
Provisão de Garantias de Obra	6.945	9.235	33,0%	8.657	9.235	6,7%
Contingências Cíveis, Trabalhistas e Tributárias	1.835	1.522	-17,1%	4.288	1.522	-64,5%
Total Provisões de Garantias e Contigências	8.780	10.757	22,5%	12.945	10.757	-16,9%

Patrimônio Líquido

Patrimônio Líquido (R\$ MM)



Ao final do 1T15, o Patrimônio Líquido atingiu R\$ 18,1 milhões, um aumento de 15,1% em relação ao 4T14. Este valor já considera a constituição dos dividendos mínimos obrigatórios no valor de R\$ 1,9 milhão aprovado em AGO em março de 2015. O quadro abaixo, apresenta a composição da conta "Patrimônio Líquido".

Patrimônio Líquido (Em milhares de Reais - R\$)	4T14	1T15	Var. %
Capital social	8.000	12.000	50,0%
Reserva de lucros	8.398	3.747	-55,4%
Reserva especial	(651)	-	-100,0%
Resultado do período	-	2.381	0,0%
Total Patrimônio Líquido	15.747	18.128	15,1%



BALANÇO PATRIMONIAL

Balanços Patrimoniais Consolidado Período encerrados em 31.março (Em milhares de Reais - R\$)	1715	4T14	Var. %
Ativo	42.604	44.050	-3,3%
Circulante	18.102	20.710	-12,6%
Caixa e equivalentes de caixa	11.181	13.239	-15,5%
Contas a receber de clientes	5.370	5.653	-5,0%
Impostos a recuperar	1.521	1.801	-15,5%
Demais ativos circulantes	30	17	76,5%
Não Circulante	24.502	23.340	5,0%
Credito com partes relacionadas	349	-	0,0%
Contas a receber de clientes	2.885	2.615	10,3%
Impostos Diferidos	7.437	7.437	0,0%
Depósitos judiciais	248	234	6,0%
Imovéis a comercializar	841	841	0,0%
Demais ativos não circulantes	52	141	-63,1%
Investimentos	12.584	11.986	5,0%
Imobilizado	24	25	-4,0%
Intangível	82	61	34,4%
Passivo e Patrimônio Líquido	42.604	44.050	-3,3%
Circulante	11.486	12.892	-10,9%
Fornecedores	1.641	165	894,5%
Obrigações trabalhistas e tributárias	5.523	8.573	-35,6%
Obrigações tributárias parceladas	655	642	2,0%
Dividendos a pagar	1.989	1.989	0,0%
Provisão para garantia de obras	1.678	1.523	10,2%
Não Circulante	12.990	15.411	-15,7%
Obrigações tributárias parceladas	3.572	3.663	-2,5%
Provisão para garantia de obras	7.557	7.134	5,9%
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	1.522	4.288	-64,5%
Demais passivos não circulantes	339	326	4,0%
Patrimônio Líquido	18.128	15.747	15,1%
Capital social	12.000	8.000	50,0%
Reserva de lucros	3.747	8.398	-55,4%
Reserva especial	-	(651)	-100,0%
Resultado do período	2.381	-	0,0%

Informações Trimestrais Revisadas



DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

Demonstrações de Resultados Consolidado Período encerrados em 31.março (Em milhares de Reais - R\$)	1T15	1T14	Var. %	1T15	4T14	Var. %
Receita Operacional Bruta	12.130	10.315	17,6%	12.130	15.231	-20,4%
Receita de Prestação de Serviços	10.790	9.620	12,2%	10.790	13.873	-22,2%
Receita de Assistência Técnica	1.340	695	92,8%	1.340	1.358	-1,3%
Deduções da Receita Bruta	(1.209)	(1.115)	8,4%	(1.209)	(1.652)	-26,8%
Impostos Incidentes sobre Vendas	(1.209)	(1.115)	8,4%	(1.209)	(1.652)	-26,8%
Receita Operacional Líquida	10.921	9.200	18,7%	10.921	13.579	-19,6%
Custos dos Imovéis Vendidos e dos Serviços Prestados	(6.310)	(5.932)	6,4%	(6.310)	(6.832)	-7,6%
Custos de Prestação de Serviços	(5.426)	(5.426)	0,0%	(5.426)	(5.910)	-8,2%
Custos de Assistência Técnica	(884)	(506)	74,7%	(884)	(922)	-4,1%
Lucro Bruto	4.611	3.268	41,1%	4.611	6.747	-31,7%
Margem Bruta (%)	42,2%	35,5%	6,7 pp	42,2%	49,7%	-7,5 pp
(Despesas) Receitas	(2.211)	(2.824)	-21,7%	(2.211)	(5.459)	-59,5%
Administrativas, comerciais e gerais	(2.809)	(3.024)	-7,1%	(2.809)	(6.150)	-54,3%
Equivalência patrimonial	598	138	333,3%	598	709	-15,7%
Outras receitas operacionais líquidas	-	62	-100,0%	-	(18)	-100,0%
EBITDA	2.400	444	440,5%	2.400	1.288	86,3%
Margem EBITDA (%)	22,0%	4,8%	17,1 pp	22,0%	9,5%	12,5 pp
Resultado Financeiro	442	109	305,5%	442	205	115,6%
Despesas Financeiras	(111)	(128)	-13,3%	(111)	(111)	0,0%
Receitas Financeiras	553	237	133,3%	553	316	75,0%
Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	2.842	553	413,9%	2.842	1.493	90,4%
Imposto de Renda e Contribuição Social	(461)	(367)	25,6%	(461)	419	-210,0%
Lucro Líquido do Período	2.381	186	1180,1%	2.381	1.912	24,5%
Margem Líquida (%)	21,8%	2,0%	19,8 pp	21,8%	14,1%	7,7 pp

Informações Trimestrais Revisadas



FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADO

Demonstração do Fluxo de Caixa Consolidado Período encerrados em 31.março (Em milhares de Reais - R\$)	1715	1T14	Var. %
Das atividades operacionais			
Lucro Líquido do Período	2.381	186	1180,1%
Ajustes para conciliar o resultado as disponibilidades			
geradas pelas atividades operacionais:			
Depreciações e amortizações	6	4	50,0%
Resultado de equivalência patrimonial	(598)	(138)	333,3%
Encargos financeiros sobre financiamentos	-	26	-100,0%
Encargos financeiros sobre tributos parcelados	85	99	-14,1%
Constituição (reversão) de provisão para contingências	(163)	-	0,0%
Provisão para garantias	578	-	0,0%
Impostos diferidos	(3)	(341)	-99,1%
Decréscimo (acréscimo) em ativos			
Contas a receber de clientes	13	2.558	-99,5%
Impostos a recuperar	281	217	29,5%
Demais ativos	76	-	0,0%
Depósitos judiciais	(14)	-	0,0%
(Decréscimo) acréscimo em passivos			
Fornecedores	174	119	46,2%
Obrigações trabalhistas e tributárias	(3.050)	(1.946)	56,7%
Obrigações fiscais parceladas	(163)	(380)	-57,1%
Demais passivos	16	396	-96,0%
Baixa de contigência por pagamento	(1.302)	-	0,0%
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	(1.683)	800	-310,4%
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Acréscimo do imobilizado e intangível	(26)	-	0,0%
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(26)	-	0,0%
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Pagamentos de empréstimos	_	(83)	-100,0%
Contas a receber de partes relacionadas	(349)	-	0,0%
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamentos	(349)	(83)	320,5%
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(2.058)	717	-387,0%
Caixa e equivalentes de caixa			
No início do período	13.239	4.686	182,5%
No fim do período	11.181	5.403	106,9%
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(2.058)	717	-387,0%

Informações Trimestrais Revisadas



Glossário

Altíssimo – Edifícios Residenciais com preço/unidade acima de R\$ 2 milhões.

Alto – Edifícios Residenciais com preço/unidade entre R\$ 1 milhão e R\$ 2 milhões.

Comercial – Unidades comerciais e corporativas desenvolvidas única e exclusivamente para venda.

CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) é uma entidade autônoma criada pela Resolução CFC nº 1.055/05. Tem como objetivo estudar, preparar e emitir Pronunciamentos Técnicos sobre Procedimentos de Contabilidade e divulgar informações dessa natureza, para permitir a emissão de normas pela entidade reguladora brasileira visando à centralização e uniformização do seu processo de produção, levando sempre em conta a convergência da Contabilidade Brasileira às normas internacionais de contabilidade.

IFRS – International Financial Reporting Standards (IFRS) são normas internacionais de contabilidade, um conjunto de pronunciamentos contábeis internacionais publicados e revisados pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Margem de Resultados a apropriar – Equivalente a "Resultados de Vendas de Imóveis a Apropriar" dividido pelas "Vendas de Imóveis a Apropriar".

Médio-Alto – Edifícios residenciais com preço/unidade variando entre R\$ 600 mil e R\$ 1 milhão.

Médio – Edifícios residenciais com preço médio/unidade variando entre R\$ 250 mil e R\$ 600 mil.

Médio-Baixo – Edifícios residenciais com preço/unidade entre R\$ 150 mil e R\$ 250 mil.

Permuta — Sistema de compra de terreno pelo qual o dono do terreno recebe um determinado número de unidades ou percentual da receita do empreendimento a ser construído na área de sua propriedade.

Venda Contratada – É cada contrato resultante de vendas de unidades durante certo período de tempo, incluindo unidades em lançamento e unidades em estoque. As vendas contratadas serão reconhecidas como receitas de acordo com andamento das obras (método PoC).

VGV - Valor Geral de Vendas.



Sobre a Construtora Adolpho Lindenberg

Com status de verdadeira 'grife' no mercado imobiliário, a Construtora Adolpho Lindenberg combina apuro estético, boas soluções arquitetônicas, excelência no processo construtivo, inovação e um relacionamento próximo e duradouro com seus clientes.

Criada em 1954, completando 60 anos de atuação, já entregou cerca de 700 empreendimentos a mais de 7.000 clientes em todo o Brasil, sobretudo nos melhores bairros da cidade de São Paulo.

Sinônimo de investimento, em função da sua qualidade, durabilidade, e reputação da marca, os empreendimentos com a marca Adolpho Lindenberg tomam a frente do mercado imobiliário nacional, com um reconhecido padrão de excelência.

A partir de 2008, a Construtora Adolpho Lindenberg passou a fazer parte do Grupo LDI que é uma *full service real estate developer*, capaz de atuar nos mais diversos segmentos do mercado imobiliário, dando uma robustez ainda maior à sua operação.

Relações com Investidores

Adolpho Lindenberg Filho Diretor Financeiro e de Relações com Investidores Telefone: +55 (11) 3041-2700

ri@lindenberg.com.br

www.grupoldi.com.br/relacao

Este release contem considerações futuras sobre as perspectivas do negócio, estimativas de resultados operacionais e financeiros e perspectivas de crescimento da Construtora Adolpho Lindenberg.

Estas são apenas projeções e, como tais, baseiam-se exclusivamente nas expectativas da Administração da Construtora Adolpho Lindenberg em relação ao futuro do negócio e seu contínuo acesso a capital para financiar o plano de negócios da Companhia. Tais considerações futuras dependem substancialmente de mudanças nas condições de mercado, de regras governamentais, pressões da concorrência, do desempenho do setor e da economia brasileira entre outros fatores sujeitos a mudanças sem aviso prévio.